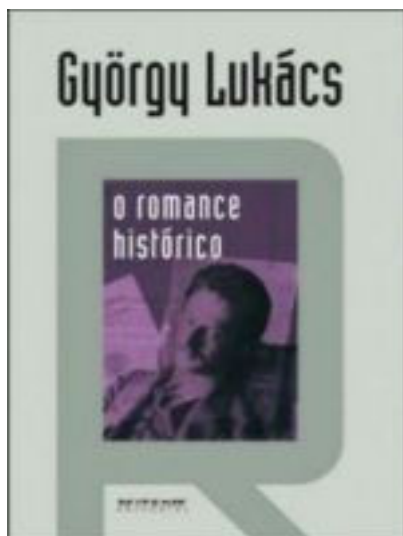




RESENHA

LUKÁCS, György. **O romance histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011 (439 p.)

Para ler e compreender os clássicos da literatura

ANTONIO OZAÍ DA SILVA*

O autor dispensa apresentações. Seu nome tornou-se substantivo e adjetivo no movimento comunista internacional. Autor de vasta obra filosófica, nos anos 1936-37 escreveu *O romance histórico*, publicado originalmente em russo – e, em 1954, no idioma alemão.

O romance histórico foi escrito em plena ascensão do stalinismo, num tempo em que a crítica à política oficial do todo poderoso “guia genial dos povos” significava o risco do ostracismo, a prisão, o exílio forçado e até mesmo a vida. Numa época em que a dissidência era pecado grave, heresia condenável à fogueira da inquisição política e ideológica. Foi, portanto, neste clima político-ideológico que, residente na meca do socialismo, Lukács escreveu este livro. O tempo histórico marca indelevelmente a obra de qualquer autor, nem mesmo o mais excepcional está livre das influências da sua época. Aliás, a análise de Lukács sobre as obras e autores do romance histórico ressaltam este aspecto.

A obra é composta por quatro capítulos – além da apresentação, escrita por Arlenice Almeida da Silva, a Nota à edição alemã e o Prefácio. No primeiro, o autor analisa a forma clássica do romance histórico: as condições sócio-

históricas que permitiram o seu surgimento; a produção literária do autor inglês Walter Scott e a crítica que o romance histórico expressa em relação ao romantismo.

“O romance histórico surgiu no início do século XIX, por volta da época de Napoleão (*Waverley*, de Walter Scott, foi publicado em 1814)”, escreve Lukács (p. 33). Scott teve predecessores. É possível encontrar romances com temáticas históricas nos séculos XVII e XVIII. No entanto, “são históricos apenas por sua temática puramente exterior, por sua roupagem. Não só a psicologia dos personagens, como também os costumes retratados são inteiramente fora da época do escritor” (Id.). Trata-se, portanto, de analisar o romance histórico enquanto um novo fenômeno, diferente do que o precedeu. Como ressalta o autor: “O que falta ao pretense romance histórico anterior ao de Walter Scott é o elemento especificamente histórico: o fato de as particularidades dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (Id.).

O solo social e ideológico que proporcionou o surgimento do romance histórico foi preparado pela ascensão da burguesia, pelos antecedentes e consequências da Revolução Francesa e

a Revolução Industrial na Inglaterra. Estes processos históricos transformam as sociedades em seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos, mas também culturais e conceituais. As massas fazem a sua própria experiência, incorporam o sentimento nacional, agem historicamente. Assim, operam-se rupturas e mudanças importantes na visão de mundo e a concepção da história.

As revoluções burguesa e industrial convulsionaram o ser e a consciência dos homens e constituíram as bases econômicas e ideológicas que proporcionaram as condições para o aparecimento do romance histórico. Neste contexto, a obra de Walter Scott é pioneira e, ao mesmo tempo, representa a continuidade do romance social realista do século XVII. Sua influência é profunda.

Contudo, Walter Scott é um autor conservador que permanece fortemente ligado ao passado pré-Revolução Industrial, às camadas sociais arruinadas pelas transformações econômicas promovidas pelo advento do desenvolvimento capitalista. Aqui, como em outras páginas de sua obra, sobressai-se a grandeza de análise do autor. Ao contrário do maniqueísmo tosco dos néscios, cândidos ou fanáticos, Lukács nota que embora Scott integre as fileiras dos “honestos *tories* da Inglaterra de então, que não poupam críticas ao desenvolvimento do capitalismo” (p. 49), sua literatura cumpre um papel importante. Não há, portanto, um vínculo mecânico insuperável entre a postura política-ideológica de um autor e a sua produção literária.

Para Lukács, “a arte de Walter Scott expressa a tendência progressista essencial desse período, a defesa histórica do progresso, de forma

artisticamente perfeita” (p.84). Seu romance está diametralmente oposto à concepção sobre a história do romantismo. Nesta altura, o autor diferencia duas grandes correntes importantes: o romantismo liberal, “que em termos de visão de mundo e modo de figuração tem muito em comum com o solo original do romantismo, com a luta ideológica contra a Revolução Francesa, mas representa, sobre essa base contraditória e oscilante, a ideologia de um progresso moderado”; e, por outro lado, autores fundamentais como Goethe e Stendhal, “que conservaram muito da visão de mundo do século XVIII e cujo humanismo contém fortes elementos do Iluminismo” (Id.).

Em que o romance histórico scotteano se diferencia ou aproxima-se destas correntes? Por que e como o romance histórico clássico se posiciona contra o romantismo? Para responder a estas questões, o Lukács analisa e confronta autores clássicos como o americano James Fenimore Cooper; os alemães Goethe e Willibald Alexis; o italiano Manzoni, os russos Púchkin, Gógol e Tolstói; os franceses Victor Hugo, Stendhal, Prosper Mérimée e Balzac.

No segundo capítulo, o autor realiza uma investigação “séria e minuciosa” da relação entre dos gêneros romance histórico e drama histórico com a história (p. 115). Ele resgata Ésquilo, Sófocles, Shakespeare, Thomas Mann, Hebbel, Górkí, Balzac e outros. Então, ele considera possível ver claramente e responder à questão formulada no início deste capítulo: “como é que grandes dramas históricos podem ter surgido em uma época de consciência histórica defeituosa ou totalmente inexistente, em uma época em que os romances históricos eram verdadeiras caricaturas, tanto do romance quanto da história?”

(p. 189-190). Ele conclui que “a relação do escritor com a história nada tem especial ou isolado; trata-se de um componente importante da relação com o conjunto da realidade e, em particular, da sociedade” (p. 208).

No terceiro capítulo, o autor analisa o romance histórico e a crise do realismo burguês. O marco decisivo foi a *primavera dos povos*, a revolução que sacudiu a Europa em 1848. Este fato histórico afeta a ideologia burguesa, o movimento social dos trabalhadores e, inclusive a ciência e a arte. Por outro lado, também acarreta mudanças significativas sobre a concepção de história e do progresso predominante até então. Lukács analisa este processo histórico, as concepções em confronto e o seu desenvolvimento contraditório. Sua análise toma como referência as obras de Flaubert, Maupassant, Anatole France, Tuckey, Leon Tolstói, entre outros.

Ao analisar o naturalismo da oposição popular (p. 253-371), ele chama a atenção para as tendências “que operam no sentido de privar o romance histórico de seu caráter popular”. São escritores que “não tem mais força (e, com frequência, tampouco vontade) para vivenciar a história como história do povo” (p. 253). Por outro lado, há autores que permanecem vinculados ao povo, “para os quais o sofrimento do povo, sob a terrível pressão do “alto”, constitui o ponto de partida de sua visão de mundo e de sua figuração artística (p. 254).

Neste contexto, ocorre o “alheamento dos escritores” em relação “aos grandes problemas que englobam a sociedade” e a um estreitamento que, negativamente, limita o horizonte temático à figuração do mundo pelo “alto”. O contraponto a esta postura “direciona sua atenção exclusivamente para o mundo de

“baixo” (Id.). Lukács, ao contrário dos espíritos estreitos que confundem literatura ficcional com panfletos políticos pseudo-revolucionários, afirma que isto leva ao “empobrecimento da literatura”. Para ele:

“A grandeza do romance histórico clássico consiste precisamente no fato de ele fazer justiça a essa diversidade da vida do povo. Walter Scott descreve as mais distintas lutas de classe (...), mas nunca deixa de apresentar a multiplicidade ricamente encadeada das reações das massas populares a essas lutas. Em suas obras, as pessoas do povo conhecem muito bem o abismo que separa o “alto” do “baixo” na sociedade. Mas esses dois mundos são abrangentes no sentido de que abarcam a vida inteira de seres humanos de aspectos variados. Assim, suas interações resultam em choques, conflitos etc., cuja totalidade abrange toda a esfera social da luta de classes de uma época” (p. 256).

Estes aspectos ficam ainda mais evidente ao confrontarmos as obras de Tolstói e Erckmann-Chatrian:

“Pensemos na concepção de Tolstói sobre a guerra. Nenhum escritor da literatura mundial teve uma desconfiança tão profunda contra tudo o que vem do “alto” quanto ele. Sua figuração mundo do “alto”, do generalato, da corte, da província reflete a desconfiança e o ódio do simples camponês ou soldado. Mas Tolstói também retrata esse mundo do “alto” e, com isso, dá à desconfiança e ao ódio do povo um objeto concreto, visível” (p. 259).

Quanta diferença em relação a um autor que enfatiza os de “baixo”, mas sem a devida mediação e conexão com os do “alto”, prefigurando a totalidade em toda a sua complexidade e contradições.

Comentando a obra *Histoire d'un conscrit de 1813*, de Erckmann-Chatrian, Lukács escreve:

“Aqui, a guerra é, para o povo, simplesmente a guerra, com todos os seus horrores, mas sem nenhum conteúdo político. Não sabemos nada a respeito das complicadas contradições da época, que valem em especial para os territórios sob domínio napoleônico nos quais o romance se passa. Sabemos apenas que a população de Leipzig, que havia apoiado vivamente os franceses, agora os enfrenta como inimigos. Mas, de toda essa alteração de humor, só sabemos aquilo que um recruta mediano, totalmente apolítico, consegue captar durante uma visita ocasional a uma taberna. Aqui, aparece bem claro o caráter limitado do modo de figuração naturalista, unilateral e exclusivamente restrito ao que é meramente imediato na vida dos homens medianos” (p. 260).

Ainda neste capítulo, Lukács analisa a obra de Conrad Ferdinand Meyer, considerado o “verdadeiro representante do romance histórico desse período” (p. 271), e as tendências gerais da decadência e constituição do romance histórico enquanto gênero particular (p. 282-306).

No último capítulo, o autor analisa o romance histórico do humanismo democrático (suas características de protesto no período imperialista; o caráter popular, a questão da forma

biográfica e o romance histórico de Romain Rolland). Finaliza, com a análise sobre as “perspectivas de desenvolvimento do novo humanismo histórico” (402-422). Novamente, ressalta-se a recusa do maniqueísmo simplista tão caro aos espíritos estreitos, mesmo no campo do marxismo.

Um exemplo é a questão democrática. Lukács observa o “caráter contraditório dos protestos democráticos”. Se por um lado, “a tendência geral do imperialismo segue naturalmente uma linha antidemocrática”; por outro, há o “risco de passar de uma crítica de esquerda a uma crítica de direita à democracia burguesa, isto é, de insatisfação com a democracia *burguesa* à oposição à *democracia em geral*” (p. 310-311). As contradições da conjuntura política também influenciam os escritores, pois, “Todo escritor é filho do seu tempo” (p. 311). Isto também é válido para o autor de *O romance histórico*.

Esta obra é de uma riqueza difícil de exprimir e não se presta a leituras apressadas e aparentemente fáceis. É um texto que exige muito do leitor. Espero que os aspectos ressaltados aqui estimulem o leitor, ávido de conhecimento e disposto ao esforço intelectual exigido, a encarar o desafio da leitura. Seja como for, há uma certeza: após ler *O romance histórico* compreenderá melhor os clássicos da literatura e não mais os lerá como antes!



* **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é docente do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá (UEM).